

RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.396 - RN (2019/0024186-6)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : JOSINEIDE PAULO
ADVOGADOS : KENNEDY LAFAIETE FERNANDES DIÓGENES E OUTRO(S) -
RN005786
SANDERSON LIENIO DA SILVA MAFRA - RN009249
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : MARIA DOS PRAZERES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - PE010447
PRISCILA MARIA DA SILVEIRA FURTADO - RN001213A

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO ANULATÓRIA. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282 DO STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

DECISÃO

JOSINEIDE PAULO (JOSINEIDE) ajuizou ação anulatória contra CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CAIXA), alegando que esta recusou o recebimento de parcelas de financiamento imobiliário com pacto de alienação fiduciária, o que implica a nulidade de execução extrajudicial.

A sentença julgou improcedente o pedido (e-STJ, fls.159/161).

Interposta apelação por JOSINEIDE, o Tribunal de origem negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 205/206):

PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. FINANCIAMENTO HABITACIONAL. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. LEI 9.514/1997. ALEGAÇÃO DA DEMANDANTE DE QUE NÃO TERIA DADO CAUSA AO INADIMPLEMENTO. PARCELAS DO MÚTUO QUE TERIAM DEIXADO DE SER DEBITADAS EM CONTA BANCÁRIA. SUPOSTA RECUSA DA CEF EM RECEBER O PAGAMENTO DA DÍVIDA. NÃO COMPROVAÇÃO. NÃO COMPARECIMENTO INJUSTIFICADO DA AUTORA À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. INAPLICABILIDADE DO ART. 6º, VIII, DO CDC. REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO EXECUTIVO. DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. APELAÇÃO IMPROVIDA.

1. "[...] o simples fato do CDC se aplicar às instituições

financeiras (Súmula 297 do STJ), não implica dizer que o Judiciário deva aplicar a regra inversão do ônus da prova indistintamente, ou seja, sem observar a averiguação dos requisitos de verossimilhança das alegações e hipossuficiência do consumidor disposto no art. 6º, VIII da Lei n.º 8.078/1990." (TRF5, PJe n.º 08024660720164058500, Rel. Des. Federal RUBENS DE MENDONÇA CANUTO, 4ª Turma, Julg.: 06/10/2017.)

2. Hipótese em que a autora, ora apelante, celebrou com a CEF contrato de financiamento habitacional e alienação fiduciária em garantia, com prazo de amortização de 204 meses. Todavia, durante o ano de 2016, algumas parcelas do financiamento deixaram de ser debitadas em sua conta bancária, método de pagamento convencionado com a credora.

3. A demandante teria procurado a instituição financeira e sido informada de que o imóvel financiado já era objeto de execução extrajudicial em andamento. Além disso, sua tentativa de pagar a dívida teria sido recusada pela instituição financeira, o que teria motivado a propositura da presente demanda, que também visa a anular o procedimento executivo instaurado.

4. Apesar disso, verifica-se que a recorrente ficou-se inerte quando intimada pelo juízo singular a se manifestar sobre a existência de saldo em sua conta durante o período de inadimplência, o que afasta a verossimilhança da alegação de que não teria dado causa ao inadimplemento.

5. A promovente também não se desincumbiu do ônus de demonstrar ter, de fato, procurado a CAIXA para efetuar o pagamento do débito e ter obtido a negativa da empresa pública federal. Somado a isso, observa-se que, apesar de devidamente intimada para tanto pelo juízo, a recorrente não compareceu a quo à audiência de conciliação designada para o dia 23.11.2017, sem que tenha apresentado qualquer justificativa para sua ausência.

6. É nítido que, se havia real interesse de sua parte em viabilizar um acordo com a instituição bancária, não poderia a devedora ter-se esquivado de se fazer presente no mencionado ato processual, designado para essa finalidade, mormente de maneira injustificada, o que vai de encontro às suas assertivas.

7. A CEF, por outro lado, coligiu aos autos documentação que comprova ter solicitado ao cartório de registro de imóveis a notificação da autora e de seu cônjuge para purgar a mora referente às parcelas do financiamento. Como a própria apelante admite não manter residência no imóvel comprado, localizado no Estado de São Paulo, não foi possível notificá-la pessoalmente, razão pela qual se procedeu à sua intimação por edital, conforme o disposto no art. 26, § 4º, da Lei 9.514/97.

8. Registre-se que a tentativa frustrada de notificação do mutuário no endereço do imóvel objeto do contrato, seja pelo envio de

carta registrada com aviso de recebimento, seja por meio do oficial do registro, é suficiente para a comprovação do requisito do local incerto e não sabido, viabilizando a intimação pela via editalícia. Precedente desta Turma: PJe nº 08045962220154058300, AC/PE, Rel. Des. Federal RUBENS DE MENDONÇA CANUTO, Julg.: 13/05/2017.

9. Uma vez devidamente intimada para tanto, não diligenciando o fiduciante a purgação da mora no prazo legal, a consolidação da propriedade do imóvel em nome da credora fiduciária é exercício legítimo do direito previsto no art. 26, caput, da Lei 9.514/1997.

10. À minguia de comprovação de conduta ilícita por parte da ré, não há que se falar em indenização por supostos danos morais.

11. Apelação a que se nega provimento.

Inconformada, JOSINEIDE interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 34 do DL nº 70/66 e 39 da Lei nº 9.514/97, aduzindo, em síntese, que a CAIXA recusou o recebimento da dívida e que o devedor pode purgar a mora até a arrematação do bem, tendo realizado depósito judicial da quantia pendente.

CAIXA ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 232/242).

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem admitiu o apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

JOSINEIDE sustentou que realizou o depósito judicial do valor devido e que é possível a purgação da mora até a arrematação do bem.

No entanto, verifica-se que o conteúdo normativo dos arts. 34 do DL 70/66 e 39 da Lei nº 9.514/97, indicados como violados, não foram objeto de debate no Tribunal de origem, o que evidencia a ausência de prequestionamento, a atrair o óbice da Súmula nº 282 do STF.

Ademais, além de não se manifestar acerca do suposto depósito judicial, o Tribunal de origem concluiu que JOSINEIDE sequer comprovou ter

procurado a CAIXA para saldar o débito e obtido a recusa alegada, nos termos da seguinte fundamentação:

De seu turno, destaco que a promovente também não se desincumbiu do ônus de demonstrar ter, de fato, procurado a CAIXA para efetuar o pagamento do débito e ter obtido a negativa da empresa pública federal. Somado a isso, verifico que, apesar de devidamente intimada para tanto pelo juízo (id. a quo 4058400.2703913), a recorrente não compareceu à audiência de conciliação designada para o dia 23.11.2017 (id. 4058400.2922409), sem que tenha apresentado qualquer justificativa para sua ausência.

É nítido que, se havia real interesse de sua parte em viabilizar um acordo com a instituição bancária, não poderia a devedora ter-se esquivado de se fazer presente no mencionado ato processual, designado para essa finalidade, mormente de maneira injustificada, o que vai de encontro às suas assertivas (e-STJ, fl. 203).

Nessa linha, alterar a conclusão do Tribunal *a quo*, para reconhecer a apontada purgação da mora ou a recusa ao recebimento pela CAIXA, também ensejaria indevida incursão fático-probatória, em manifesta ofensa ao disposto na Súmula nº 7 do STJ.

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de JOSINEIDE, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC, observado, se o caso, o art. 98, § 3º do NCPC.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator